



TERMO DE REFERÊNCIA

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos para saúde, voltadas para integralização e qualidade dos atendimentos, de acordo às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Pariconha/AL.

Os itens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns e essenciais, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

- 1.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (Doze) meses contados da publicação na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 1.3. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 1.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026.
- 1.5. As quantidades remetidas ao objeto encontram-se em anexo a este Termo de Referência.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

I – Descrição da solução: contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos para saúde, voltadas para integralização e qualidade dos atendimentos, de acordo às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Pariconha/AL. Em conformidade aos processos inerentes à Nova Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/21 seguindo, no que couber, o Decreto nº 10.024/19, a solicitação de aquisição dos equipamentos para saúde respalda-se em seus objetivos principais, caracterizados na qualidade da prestação de serviços e cuidados, realizados pelos profissionais de saúde, em relação a população e pacientes acompanhados no município, conforme planejamento e



gestão da Secretaria Municipal de Saúde. Os novos equipamentos compõem parte importante do processo de atendimento, acompanhamento, gestão de qualidade e eficiência nos atendimentos, evitando agravamentos durante os atendimentos e aferição de erros que possam, essencialmente, gerar dispêndios desnecessários de recursos e onerar a Administração Pública. Os princípios de fornecimento dos equipamentos seguem amparo legislativo, respectivamente, da Lei nº 8.080/90, Art. 7º, inciso II; Portaria GM/MS nº 2/2017 e; Portaria GM/MS nº 2.436/17, além de seguirem os pressupostos do Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB), do município de Pariconha/AL. Abaixo, verificam-se as especificações técnicas do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
01	Adipômetro (plicômetro) profissional – possui alumínio com revestimento, além de pintura em epóxi preto. Sensibilidade de 1mm de amplitude e leitura de 75mm. Pressão molas em +- 10G/mm ² . Deve vir com embalagem de estojo transparente. Deve permitir a regulagem da posição do zero para que fique mais confortável para o avaliador. Suas dimensões devem apresentar: 35x2x22cm, com 500g. Garantia mínima de 12 meses.	UND.	10
02	Balança analógica – modelo antiderrapante, usados para monitorar controle de peso com precisão e qualidade. Ajuste manual do ponto zero, amplo visor para facilitar a visualização da medição. Plataforma emborrachada. Pés emborrachados, para aderência ao piso. Estrutura em aço, para durabilidade maior. Compacta, para maior facilidade de transporte e acondicionamento. Dimensões aproximadas: 270x254x38mm. Capacidade de medição de até 130kg. Garantia mínima de 6 meses.	UND.	30
03	Balança de bioimpedância (alta precisão) – equipamento profissional, portátil e ultra resistente, suportando até 180kg. Deve possuir sistema prática com aplicativo (Android e IOS). Base em vidro temperado de 2,2cm, resistente e seguro. Acionamento de desligamento automático. Visor em LED iluminado. Possui sistema bipolar com 4 eletrodos de alta precisão. Deve ser capaz de diagnosticar: gordura, massa muscular, água, gordura visceral, ossos, metabolismo, idade corporal, peso e IMC. Medidas aproximadas em: 28Cx28Lx2,2A cm, peso em 1,16kg. Garantia mínima de 3 meses.	UND.	10
04	Balança digital portátil – uso ideal em academia, casa, clínica, consultório, SPA, salão de beleza. Ideal para controle de peso. Construída com vidro temperado, suportando até 180kg. Peso mínimo: 20kg. Peso máximo: 180kg. Alta precisão no sistema de sensor, plataforma em vidro temperado, gradação = 100g. Acionamento através de toque. Desliga automaticamente. Dimensões aproximadas: 32x32x2,5cm. Dimensões aproximadas do LCD: 78x36mm. Garantia mínima de 3 meses.	UND.	20



05	Balança pediátrica (digital) - fabricado com alto padrão de qualidade e devidamente aferida pelo IPEM. Uso indicado em clínicas, hospitais e consultórios, até 15kg. Características: concha anatômica em polipropileno, com medidas 540x290mm e injetada em material antigermes; faixa de medição antropométrica na concha de 0 a 54cm; gabinete em plástico ABS; display LED com 6 dígitos de 14,2mm de altura e 8,1mm de largura; estrutura interna em aço carbono bicromatizado c/ cobertura plástica; pés reguláveis em borracha sintética; fonte externa 90 a 240 VAC c/ chaveamento automático; função TARA até capacidade máxima da balança. Garantia mínima de 12 meses.	UND.	20
06	Estadiômetro portátil (infantil) – projetado para garantir medições precisas, ele se torna um recurso indispensável em consultórios pediátricos e clínicas. Produzido em ABS, altamente resistente. Dimensões em: 146Cx15Lx4A cm. Contém, em sua composição: 03 réguas, 01 medidor fixo e medidor móvel. Peso do produto: aproximadamente 1kg. Referência: AVANUTRI ou equivalente com a mesma qualidade. Garantia mínima de 12 meses.	UND.	50
07	Esfigmomanômetro (adulto) – ajuste digital, tipo: de braço. Deve possuir faixa de operação de até 300 MMHG. Material da braçadeira em nylon, com fecho em velcro. Acompanha bolsa. Garantia mínima de 12 meses.	UND.	150
08	Esfigmomanômetro (infantil) – aparelho com alta precisão e sensibilidade, com sistema de fecho de contato que proporciona maior praticidade e facilidade no manuseio. O aparelho deve ter rígido controle de testes, qualidade e aprovado pelas normas do INMETRO. Acompanha bolsa. Garantia mínima de 12 meses.	UND.	30
09	Fita Antropométrica corporal com cálculo de IMC – possui retração automática e trava de fixação da fita. Fita feita com fibra de vidro, inelástica e maleável, utilizada para verificação de perímetros e circunferências corporais de indivíduos em qualquer faixa etária. A fita deve possuir, até, 1,5m. Garantia mínima de 12 meses.	UND.	50

II – Justificativa pela estratégia de contratação: a contratação do referido objeto por meio do processo licitatório permite realizarmos os procedimentos necessários quanto a transparência, competitividade e os aspectos legais do processo jurídico, a luz da escolha mais vantajosa respeitando-se a adequação orçamentária do município e a Administração Pública. Em consequência, a futura e eventual contratação compreende-se como demanda específica, objetiva e essencial, principalmente para o atingimento da prestação de serviços de excelência, realizados pela Secretaria Municipal de Saúde e seus núcleos principais, representados pela Atenção Básica e Primária a Saúde, além de fornecer aos profissionais equipamentos importantes para os



acompanhamentos, atendimentos e gestão contínua de saúde aos variados aspectos do atendimento municipal.

III – Melhor Solução: em consulta realizada juntamente a Comissão de Contratação, em conjunto ao valor geral estimado da contratação, recomendou-se a realização da licitação por meio do Pregão Eletrônico, considerando a importância e urgência da contratação do referido objeto, bem como a urgência na distribuição desses equipamentos a disposição dos profissionais de atendimento. Neste ínterim, compreende-se de forma inconcebível a importância da contratação, sobretudo por meio do Pregão Eletrônico, buscando agilizar os processos de aquisição de forma transparente.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

1.6. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos no estudo técnico preliminar, a empresa deverá promover práticas ambientalmente amigáveis, como a reciclagem de materiais e programas de descarte responsável, entre outros.

Subcontratação

1.7. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

1.8. Não haverá exigência da garantia da contratação do artigo 96 da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

1.9. O prazo de entrega do objeto descrito é de até 07 (sete) dias úteis, contados da data de envio da ordem de fornecimento da respectiva secretaria demandante. Os equipamentos, descritos em planilha neste Termo de Referência, devem ser entregues conforme suas especificações, respeitando-se as autoridades competentes e certificações que garantam sua regularidade, funcionamento e economia ambiental.

1.10. A contratada será responsável por todos os aspectos logísticos da entrega, incluindo transporte seguro e manuseio, sem custos adicionais a contratante. A entrega deverá ser



realizada em local designado posteriormente neste documento, sendo realizado de forma eficiente, pontual e, prioritariamente, segura, garantindo a integridade dos equipamentos até o destino final, conforme solicitação do órgão demandante.

1.11. Em caso de entrega não realizada de acordo aos prazos estabelecidos, a empresa deverá comunicar os motivos, razões e/ou circunstâncias com, pelo menos, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, para que qualquer pleito seja analisado, considerando uma eventual prorrogação no prazo de entrega, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior. Os relatórios deverão ser entregues, bem como os itens do objeto, no Setor Requisitante do respectivo órgão.

Garantia, manutenção e assistência técnica

A Contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos para saúde, voltados para integralização e qualidade dos atendimentos, devem seguir as respectivas Leis e Portarias inerentes ao objeto da contratação, além das especificações da Secretaria Municipal de Saúde de Pariconha/AL, visando o cumprimento das especificações e exigências no que concerne o fornecimento de equipamentos de alta qualidade, visando a manutenção da prestação de serviços, realizados pelos profissionais em acompanhamentos e atendimentos a pacientes e população municipal, garantindo eficiência e padrões de qualidade.

1.12. O prazo de garantia contratual dos equipamentos, em exigência as garantias mínimas propostas pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC), estão indicadas em planilha descrita dos itens.

1.13. O prazo, complementar a garantia legal, respeitando-se as normatizações exigidas pela Lei nº 14.133/21, será de 01 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, confirmado mediante ao Termo de Recebimento Definitivo.

1.14. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos adquiridos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

1.15. A garantia abrange, em suma, a realização de manutenção corretiva dos equipamentos pelo próprio contratado ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo as normas técnicas específicas, quando couber.

1.16. A manutenção corretiva compreende aquela destinada a corrigir defeitos apresentados pelos bens durante o período garantido, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.



- 1.17. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por novas, de primeiro uso e originais, apresentando padrões de qualidade e desempenho iguais e/ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 1.18. Uma vez notificado, o contratado realizará a reparação ou substituição dos equipamentos e/ou componentes que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias contados a partir de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo contratado ou pela assistência técnica autorizada.
- 1.19. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do contratado, aceita pelo contratante.
- 1.20. Na hipótese do subitem acima, o contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 1.21. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do contratante ou a apresentação de justificativas pelo contratado, fica o contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os devidos reparos, ajustes ou substituições do bem/componentes, bem como a exigir do contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 1.22. O custo referente ao transporte dos equipamentos e/ou componentes, cobertos pela garantia, será de responsabilidade do contratado, sem ônus a Administração Pública.
- 1.23. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.
- 1.24. Para a perfeita execução do objeto deste contrato, aplica-se, no que couber, o Código de Defesa do Consumidor (CDC) – Lei nº 8.078/90.

REEQUILÍBRIO ECONÔMICO

10. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual será aplicado Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).



MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

1.25. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da **Lei nº 14.133, de 2021**, e cada parte em questão, será responsável em responder oficialmente e, legalmente, pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

1.26. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

1.27. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

1.28. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o (a) representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

1.29. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

1.30. O (a) fiscal acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA MUNICIPAL 02/2024);

1.30.1. O (a) fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (INSTRUÇÃO NORMATIVA MUNICIPAL Nº 02/2024)

Gestor do Contrato

1.31. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da



necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA MUNICIPAL Nº 02/2024).

1.32. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (INSTRUÇÃO NORMATIVA MUNICIPAL Nº 02/2024).

1.33. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (INSTRUÇÃO NORMATIVA MUNICIPAL Nº 02/2024).

1.34. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (INSTRUÇÃO NORMATIVA MUNICIPAL Nº 02/2024).

1.35. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor financeiro para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

CRITÉRIOS DE ENTREGA E DE PAGAMENTO

Recebimento

1.36. O fornecimento será recebido, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, por responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

1.37. O fornecimento poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



1.38. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

1.39. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

1.40. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

1.41. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

1.42. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 05 (cinco) dias para fins de liquidação, pelo fiscal de contrato, após atestada será encaminhada para a Secretaria demandante para solicitar a Secretaria Municipal de Finanças ou Setor Contábil (para os Fundos Municipais) a devida liquidação.

1.43. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 1.43.1. O prazo de validade;
- 1.43.2. A data da emissão;
- 1.43.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;
- 1.43.4. O período respectivo de execução do contrato;
- 1.43.5. A Dotação Orçamentária;
- 1.43.6. O valor a pagar;
- 1.43.7. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis; e
- 1.43.8. Informação do Processo Administrativo e a forma contratual.



1.44. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

1.45. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

1.46. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

1.47. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Prazo de pagamento

1.48. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa.

1.49. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

Forma de pagamento

1.50. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

1.51. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

1.52. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



1.52.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

1.53. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

1.54. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, de acordo com a consulta ao Agente de Contratação do Município.

1.55. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

1.56. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

1.57. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

1.58. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.59. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

1.60. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU** ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da



Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.61. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

1.62. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.63. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

1.64. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

1.65. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

1.66. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

1.67. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

1.68. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



- 1.69. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 1.70. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 1.71. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 1.72. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 1.73. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 1.74. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;
- 1.75. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));
- 1.76. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
- 1.76.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 1.76.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.



1.76.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

1.76.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

1.77. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 1% do valor total estimado da contratação.

1.78. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

1.79. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

1.80. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

1.80.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

1.80.1.1. Contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos para saúde, voltados para integralização e qualidade dos atendimentos.

1.80.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

1.80.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

1.80.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.



1.81. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

1.81.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

1.81.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

1.81.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

1.81.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

1.81.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

1.81.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

1.81.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.82. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos federais, destinados a contratação do objeto. No que couber, os recursos serão complementados com recursos próprios, consignados no orçamento municipal.

1.83. A dotação orçamentária para esta contratação está em Anexo.

Pariconha/AL, 13 de abril de 2026.

GIZELY TAYLLEN ALVES SÁ
Secretária Municipal de Saúde